

Brigada Militar na Legalidade

EDIÇÃO ESPECIAL - Agosto - 2011

**Corporação resgata
bravura do efetivo
no Movimento**



**50 ANOS
DA LEGALIDADE**

O Rio Grande na luta pela liberdade.



Mensagem do Comandante-Geral

Tendo a honra de comandar a Brigada Militar no ano em que comemoramos o cinquentenário da Campanha da Legalidade em nosso Estado, resolvi chamar integrantes da Corporação para formar uma Comissão Editorial que desenvolvesse a revista *Brigada Militar na Legalidade* e vejo que o resultado é muito positivo para a nossa Instituição.

A proposta é resgatar parte da atividade coordenada pelo comandante-geral daquele momento histórico, coronel Diomário Moojen, com uma visão diferenciada: aquela de quem viveu na Brigada Militar todos os momentos de agosto e parte de setembro do ano de 1961, quando o povo gaúcho apoiou integralmente a ideia do governador Leonel de Moura Brizola de levar o presidente João Goulart a ocupar o lugar que a Constituição determinava, após a renúncia, em 25 de agosto, de Jânio Quadros.

A Brigada Militar desempenhou, e se mantém hoje nessa trajetória, papel importante na defesa dos preceitos constitucionais, por meio da proteção da vida, do patrimônio público e da preservação da ordem pública no Rio Grande do Sul.

O Regimento Bento Gonçalves, comandado pelo tenente-coronel Átilo Cavalheiro Escobar, protegeu o Palácio Piratini, a Assembleia Legislativa e a Praça da Matriz, onde se concentraram mais de 50 mil pessoas durante aqueles 12 dias da Campanha da Legalidade. Os brigadianos do Regimento Bento Gonçalves postaram-se nos telhados do Piratini, da Catedral Metropolitana e nos edifícios ao redor da Praça da Matriz, montando barricadas e colocando metralhadoras naqueles locais para evitar o ataque ao governador Leonel Brizola.

Convém destacar o major Emílio Neme, homem de confiança de Leonel Brizola, que, com sua liderança, auxiliou na organização das defesas do Piratini e esteve ao lado do governador, inclusive durante os seus pronunciamentos no estúdio da Rede da Legalidade, nos porões do Palácio, por meio da rádio Guaíba.

Participamos, ainda, da proteção do transmissor da rádio Guaíba, na Ilha da Pintada, onde um contingente do Batalhão Pedro e Paulo, juntamente com os bombeiros, que em lanchas patrulhavam o lago Guaíba, evitou a retira-

da do cristal da antena. Houve movimentação de efetivos do Exército para o local, mas antes do confronto o bom senso desfez a ordem e não ocorreu uma luta entre as duas instituições militares.

A Brigada Militar mobilizou-se em todo o Estado. Houve preparação de defesa de diversas cidades. Torres é um capítulo à parte. Um Batalhão de Operações deslocou-se para aquele município, os efetivos foram distribuídos ao longo das margens do rio Mampituba, em pontos estratégicos, permanecendo 15 dias posicionados, esperando um ataque de forças contrárias à posse de João Goulart.

No Centro de Instrução Militar, atual Academia de Polícia Militar, os cadetes também foram mobilizados para a defesa da ordem constitucional, ficando por duas semanas à espera de um embate com forças que pretendiam calar Leonel Brizola.

Ao final, no dia 9 de setembro de 1961, as tropas brigadianas desfilaram em Porto Alegre, sendo aplaudidas pela população, que entoava o Hino da Legalidade, reconhecendo a importância da Brigada Militar nesta página da história do Brasil.

Gostaria que tivessem sido ouvidos todos os brigadianos que participaram da Campanha da Legalidade, mas devido ao espaço reduzido às páginas desta revista, foram entrevistados alguns para representar o conjunto. Contudo, deixo a possibilidade de que outras edições aconteçam, pois muitos dos que participaram podem, ao ler estas páginas, recordar seus momentos e procurar a Comissão Editorial para relatar suas experiências.

Parabéns aos brigadianos que defenderam a bandeira da democracia, mantendo a ordem legal em nosso País, salvaguardaram a Constituição e evitaram que um regime inconstitucional fosse implantado no Brasil.



Arquivo PM15

Coronel Sérgio Roberto de Abreu
Comandante-Geral da Brigada Militar



Mensagem do Governador do Estado

A Campanha da Legalidade marca um momento de grande emoção em minha vida, pois remete ao primeiro movimento político do qual participei. Tinha apenas 14 anos e lembro bem que naquela época nós, jovens estudantes – eu era estudante secundarista, orgulhávamo-nos de estar participando de um movimento em defesa da democracia. Essa mesma democracia defendida e reafirmada nas barricadas do Palácio Piratini, sob a inspiradora liderança do saudoso Leonel Brizola, que foi quebrada mais tarde, em 1964, com o Golpe Militar. Foi o início de um ciclo de injustiças a uma das grandes referências do Movimento da Legalidade, o então vice-presidente João Goulart (Jango).

Sobre Jango, aliás, orgulha-me ter participado e contribuído na reparação à memória desse grande homem público quando, em 2008, na condição de Ministro da Justiça, concedemos oficialmente a anistia a João Goulart. Conforme afirmei naquela ocasião, perante seus familiares presentes à cerimônia de anistia, Jango acabou sendo derrotado pelo seu conjunto de virtudes e não pelos seus defeitos.

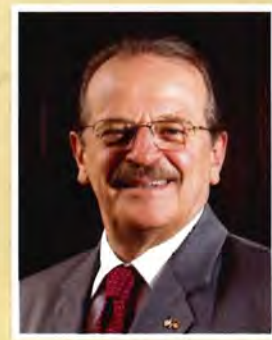
O ano de 2011 marca os cinquenta anos desse movimento que garantiu a posse democrática do vice-presidente eleito. Ciente da dimensão histórica desse episódio para o nosso Estado é que constituí uma Comissão Especial para tratar das celebrações dos 50 anos da Legalidade. Tendo o Legislativo gaúcho como parceiro, será um conjunto de iniciativas que trarão aos nossos dias um pouco do que foi aquele período. Aos que viveram aquela época, a oportunidade de reviverem e, de alguma forma, sentirem-se parte da história; aos mais jovens, a oportunidade de conhecerem um dos mais ricos episódios da história do Rio Grande do Sul.

Sob a liderança do governador Leonel Brizola, o povo gaúcho demonstrou grande engajamento na causa da democracia, num movimento que adiou o desfecho trágico que ocorreria em 1º de abril de 1964. Num momento em que o País procura enfrentar com clareza a triste memória da ditadura militar, nada mais justo que se homenageie

a Legalidade como movimento de todo o povo gaúcho, assim como prestemos as justas homenagens a Brizola, Jango e tantos outros personagens que, a partir do nosso Estado, marcaram fortemente a luta por um País democrático e justo.

A Legalidade é um dos maiores símbolos da presença do Rio Grande do Sul no cenário político nacional, com suas lideranças políticas e seu povo defendendo um País justo e democrático como hoje, finalmente, estamos conseguindo construir. Nesse sentido, a Legalidade dialoga muito com o nosso projeto para o Rio Grande e a forma como entendemos necessária sua presença no cenário nacional: como um Estado que tem uma forte identidade própria e que se insere de forma plena no projeto nacional.

Por tudo isso, queremos marcar a passagem do cinquentenário da Legalidade com profundo respeito e gratidão. As atuais gerações devem conhecer todos aqueles que, há 50 anos, participaram de alguma forma da defesa da democracia em nosso País, liderando ou apoiando a luta pela Legalidade. Além das homenagens que faremos aos personagens e familiares e das diversas publicações que, durante todo este ano, celebrarão a data, creio que a inauguração do Memorial da Legalidade, no porão do Palácio Piratini, seja uma marca importante que deixaremos para as gerações futuras. A sala a partir da qual o governador Brizola liderou a Cadeia da Legalidade passará a ser local de visitação pública onde, de forma permanente, os cidadãos terão contato com um dos mais significativos momentos da vida política do Rio Grande e do Brasil.



Caco Argem/Palácio Piratini

Tarso Genro
Governador do Estado do Rio Grande do Sul



Publicação especial alusiva aos 50 anos do **Movimento da Legalidade**, em agosto de 2011.

Governador do Estado do Rio Grande do Sul
Tarso Genro

Secretário de Estado da Segurança Pública
Airton Michels

Brigada Militar
Comandante-Geral
Cel. Sérgio Roberto de Abreu

Subcomandante-Geral
Cel. Altair de Freitas Cunha

Chefe do Estado-Maior
Cel. Valmor Araújo de Mello

Comissão Editorial
Coordenação

Maj. Paulo César Franquilin Pereira -
Jornalista (RMT 9.751)

Redação

- Maj. Najara Santos da Silva - Historiadora
- Sd. José de Mattos - Jornalista (RMT 11.435)
- Assessora de Imprensa Jussara Pelissoli - Jornalista (RMT 6.108)

Comando-Geral da Brigada Militar

Rua dos Andradas, 522 – Centro Histórico
90.620.002 – Porto Alegre/RS
51 3288 2700
www.brigadamilitar.rs.gov.br

Produção e Revisão
Comissão Editorial

Edição
Jussara Pelissoli

Fotografias

- Acervo do Museu da Brigada Militar
- Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa
- Arquivo pessoal do Ten. Ref. Eduardo Requia
- Arquivo pessoal do Cel. Ref. Bento Mathuzalen de Vasconcelos
- Jussara Pelissoli
- Sd. José de Mattos

Projeto Gráfico e Diagramação
EDICTA – Edição & Mensagem
www.edicta.com.br
edicta@edicta.com.br

Impressão
Corag

Tiragem
5.000 exemplares

Maj. Paulo César Franquilin Pereira
Coordenador da Comissão Editorial

Em março deste ano, o comandante-geral da Brigada Militar determinou a produção de uma revista para contar o envolvimento da Corporação na Campanha da Legalidade. O desafio era recriar, pelo sentimento de quem viveu aqueles dias, o cenário de uma página histórica de nosso País.

Uma comissão editorial foi criada e decidiu que a revista traria uma visão diferenciada da Legalidade, salientando os detalhes que não são encontrados nos livros e materiais já produzidos. Passamos a fazer o levantamento dos nomes que viveriam o episódio e começamos a contatar os entrevistados, que foram indicando outros, numa rede de resgate da participação da Brigada Militar naqueles dias de agosto e setembro de 1961, para mostrar o quanto os brigadianos contribuíram para a Campanha da Legalidade.

Ouvimos os que viveram os dias da Legalidade no Palácio Piratini, aguardando um bombardeio aéreo; outros que ficaram no Centro de Instrução Militar, prontos para um possível confronto com o Exército; aqueles que se deslocaram até Torres para defender a divisa do Estado, além de juntarmos depoimentos de outras pessoas que viveram aqueles dias e confirmaram a importância da Brigada Militar para que a Constituição fosse respeitada.

Os anônimos agora têm nomes e ficarão registrados para sempre na história brigadiana, enquanto outros já conhecidos voltaram a falar sobre suas experiências no episódio.

Agregamos, ainda, declarações de descendentes dos principais nomes da Campanha da Legalidade: Brizola e Jango. Também ouvimos pessoas que não integravam a Brigada Militar, mas que tiveram envolvimento com a Instituição. Eram estudantes, militares, trabalhadores e políticos que vivenciaram o Movimento.

Nosso objetivo é trazer uma ideia do panorama da época e mostrar que os brigadianos trabalharam pela Legalidade em vários pontos do Rio Grande do Sul, armados, atentos, cavando trincheiras, montando barricadas, insones e cansados, dispostos a lutar até a morte para defender o preceito constitucional da posse do vice-presidente, frente à renúncia do presidente do Brasil.

A liderança de Leonel Brizola e o comando firme do coronel Moojen permitiram que a Corporação entrasse para a história como parte da força militar que garantiu a posse do presidente João Goulart. A habilidade política de Jango, aceitando o parlamentarismo, evitou o derramamento de sangue e mortes.

Cinquenta anos depois, a Brigada Militar escreve uma parte de suas memórias, de forma direta e comovente, com lágrimas nos olhos dos entrevistados, ao lembrarem dos dias em que lutaram pela defesa da Constituição e olhares tristes pela passagem do tempo, mas alegres quando recordam que fizeram a história.



Campanha da Legalidade

Fragmentos de uma história

Maj. Najara Santos da Silva - Historiadora

Após derrotar o marechal Henrique Lott e Ademar de Barros nas eleições de 1960, Jânio Quadros assumiu a presidência da República em janeiro de 1961, anunciando, logo após sua posse, a retomada das relações diplomáticas com a União Soviética, desagradando a cúpula de seu partido. Em agosto, Jânio condecorou Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta distinção do governo brasileiro, aumentando o descontentamento.

Depois de comparecer às comemorações do Dia do Soldado, em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros retornou ao Palácio do Planalto e renunciou à presidência da República.

No dia seguinte, na ausência do vice-presidente João Belchior Marques Goulart (Jango), o presidente da Câmara Federal, deputado Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência da República, sem nenhum poder. Quem realmente governava o País eram os ministros militares, sob a chefia do marechal Odílio Denys, Ministro da Guerra. Jango, que estava na Malásia, foi informado sobre a renúncia de Jânio Quadros e que seria preso assim que desembarcasse no Brasil, por ordem dos militares.

Com isso, iniciaram as manifestações simpáticas à Legalidade, porém foram reprimidas em todos os Estados brasileiros, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Rio Grande do Sul, entretanto, quando o governador Leonel Brizola foi informado pelo jornalista Hamilton Chaves, seu assessor de imprensa, sobre a renúncia de Jânio, colo-



Nos fundos do Palácio, Brizola conversa com brigadianos

cou a Brigada Militar e a Polícia Civil de sobreaviso, até que fosse possível se certificar a respeito.

Diante da confirmação, a Brigada Militar foi colocada de prontidão, assumindo todas as posições consideradas estratégicas pelo Comando-Geral e seu Estado-Maior. O Palácio Piratini e adjacências transformaram-se numa verdadeira cidadela. Metralhadoras foram instaladas no Piratini, nas torres da Catedral Metropolitana e nos edifícios mais altos, no entorno da Praça da Matriz. Barricadas foram posicionadas onde se faziam necessárias. O efetivo do Regimento Bento Gonçalves, responsável pela segurança do Piratini e das sedes dos poderes Legislativo e Judiciário, além de contar com todo o seu efetivo disponível, foi reforçado com policiais de outras unidades da Corporação, sob o comando do tenente-coronel Átilo Cavalheiro Escobar. O capitão Odilon Alves Chaves, instrutor de técnica e tática para metralhadoras e morteiros, orientou os policiais sobre as técnicas de tiro antiaéreo.

Brizola tinha sua posição bem definida: defesa da ordem constitucional, investidura de Jango na presidência da República e resistência contra qualquer tentativa de golpe. A



Chegada de reforço no Piratini para o efetivo do Regimento Bento Gonçalves

partir daquele momento, passou a se manifestar através da imprensa falada e escrita, na tentativa de sensibilizar o povo rio-grandense e a opinião pública do País. Entrou em contato com o comandante do III Exército, general Machado Lopes, denunciando a tentativa de golpe. O general respondeu que era militar e que obedeceria às ordens de seus superiores. Diante disso, o governador buscou o apoio de outros governadores e de outros comandantes do Exército, obtendo sempre as mesmas respostas, de que cumpririam ordens do ministro da Guerra. Apenas o general Amauri Krueel, que estava sem comando, colocou-se à disposição de Brizola. Deslocou-se para Porto Alegre e permaneceu incógnito no Piratini, pois Brizola pretendia entregar-lhe o comando militar da resistência, caso o general Machado Lopes não apoiasse a Legalidade.

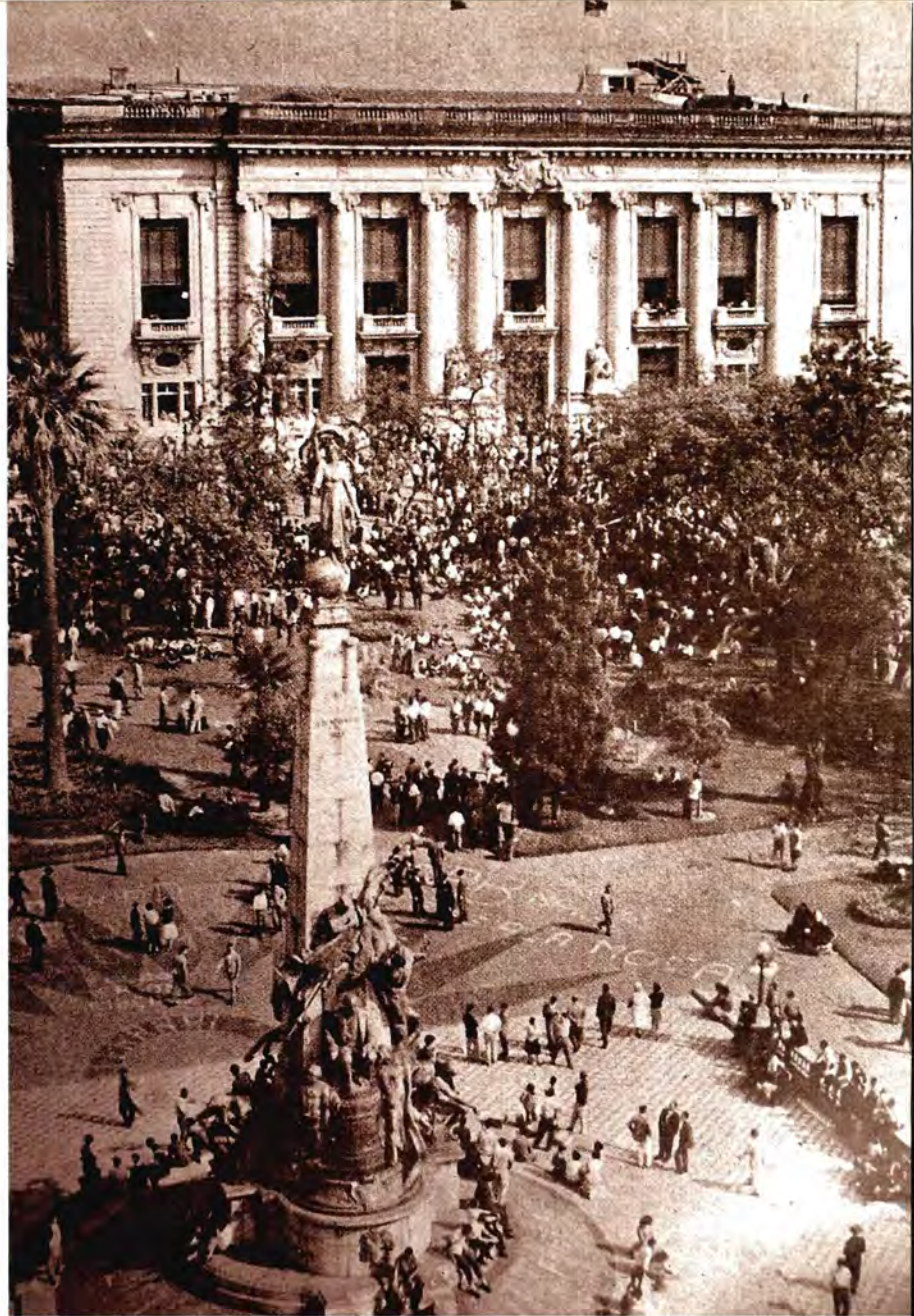
Enquanto isso, no Rio de Janeiro, o marechal Lott lançou um manifesto em defesa da posse de Jango e foi preso por ordem do marechal Denys. Antes de sua prisão, Lott orientou Brizola a procurar alguns militares que seriam favoráveis à Legalidade. No mesmo dia, o governador foi procurado pelo coronel Roberto Osório de Pina e pelo professor Antônio de Pádua Ferreira da Silva, os quais relacionaram uma série de militares que poderiam apoiá-lo.

Brizola conseguiu que os jornais locais publicassem o manifesto do marechal Lott, repudiando o golpe, como matéria paga. Sem eco, buscou o apoio da população, através do rádio. Assim, na madrugada do dia 27, fez seu primeiro pronunciamento na rádio Gaúcha, que possuía dois canais de ondas curtas e grande potência no canal internacional, em ondas médias, o que permitia ampla cobertura em todo o território nacional.

Em seu pronunciamento falou sobre a renúncia de Jânio Quadros, sobre a tentativa de um golpe para impedir a posse de Jango e solicitou o apoio da população na defesa da Constituição, da honra e da dignidade do povo brasileiro.

Naquela manhã, Brizola requisitou a rádio Guaíba, transformando-a em emissora oficial. No início da tarde, a rádio Guaíba já estava transmitindo diretamente do Piratini. O governador orientou que a Brigada Militar ocupasse, com o máximo de forças, as torres da rádio Guaíba, localizadas na Ilha da Pintada, e que o efetivo empregado nas lanchas do Corpo de Bombeiros fosse armado, a fim de guarnecer o local.

Outras emissoras de Porto Alegre (inclusive a Gaúcha e a Farroupilha) e do interior do Estado uniram-se à Guaíba,



Multidão lotou Praça da Matriz

formando a Rede Nacional da Legalidade, que foi instalada pelo engenheiro Homero Simon nos porões do Palácio Piratini e funcionava 24 horas por dia. A Brigada Militar passou a fazer, também, a segurança dos transmissores da rádio Farroupilha, instalados na Ponta Grossa.

Inicialmente, as transmissões eram feitas por funcionários do Serviço de Imprensa do Piratini, que foram substituídos por locutores profissionais, logo depois. A rádio contava com a participação de jornalistas, radialistas e técnicos de todas as emissoras, sob a responsabilidade e orientação de Hamilton Chaves, o chefe da assessoria de imprensa do governo, e Antônio Carlos Galante Contursi. Seu alcance foi tanto que em determinados momentos atingia 100% de audiência no Estado. A Rede da Legalidade

chegou a possuir 104 emissoras em cadeia no Brasil e nos países vizinhos, transmitindo informações em inglês, francês, espanhol, alemão, italiano, árabe e turco. As transmissões eram iniciadas com o Hino da Legalidade, de autoria de Lara de Lemos e Paulo César Pereio.

Em Porto Alegre a situação começava a ficar tensa diante do apelo do governador. Rapidamente a população formou inúmeros comitês de resistência e batalhões operários para apoiar a Legalidade. Na Praça da Matriz, pelo menos 10% da população porto-alegrense se aglomeravam para auxiliar na defesa do Piratini, ao lado dos soldados da Brigada Militar, transformando a área em uma verdadeira praça de guerra. As manifestações de solidariedade ao governador foram inúmeras. A mobilização foi tão intensa que vários comitês foram criados em diversas cidades do Estado.

Além da Rede da Legalidade, Brizola passou a exercer o controle da companhia telefônica e da companhia aérea Varig. Solicitou à fábrica Taurus três mil revólveres para distribuí-los aos auxiliares do governo do Estado e a jornalistas, além de armar a população. Para atender à solicitação, a Taurus trabalhou ininterruptamente. Armas foram distribuídas no posto de recrutamento de populares, no pavilhão da avenida Borges de Medeiros, conhecido como Mata-Borrão.

A Brigada Militar utilizou, além dos revólveres, metralhadoras Schwarzlose, fuzis-metralhadoras Ceskoslovenská Zbrojovka (FMZB), fuzis Ceskoslovenská Zbrojovka, submetralhadoras INA (Indústria Nacional de Armas) e pistolas automáticas Royal. Parte dessas armas foi importada da Tchecoslováquia para a Revolução de 1932, compradas pelo governador Flores da Cunha.

Na madrugada de 28 de agosto um radioamador interceptou uma mensagem do general Orlando Geisel, por ordem do marechal Denys, determinando ao comando do III Exército que a Rede da Legalidade fosse silenciada, autorizando o bombardeio do Piratini, se fosse necessário, e comunicando o envio de



Policiais em um dos pontos de segurança, em frente à Catedral

uma força da Marinha para intervir no Estado. Canhões e blindados do 2º Regimento de Cavalaria Motomecanizada foram instalados nas avenidas Mauá e Praia de Belas.

Havia rumores de que unidades do III Exército, sediadas na Serraria, pretendiam atacar quartéis da Brigada Militar, preferencialmente aqueles que mantinham seu efetivo aquartelado, que era o caso do Centro de Instrução Militar (CIM). Ao tomar conhecimento, o comando manteve uma companhia no interior do quartel, armada com revólveres e fuzis-metralhadoras Ceskoslovenská-Zbrojovka, sob o comando do capitão Odilon Alves Chaves, e o restante do efetivo se posicionou nas encostas do morro da Polícia.

A situação ficava cada vez mais tensa. O jornalista Dilamar Machado informou que os aviões da Base Aérea de Canoas estavam prontos para decolar e bombardear o Palácio Piratini. Diante dessa conjuntura, Brizola realizou uma grande manifestação em frente ao Piratini, afirmou que não se submeteria a nenhum golpe, pediu o apoio da população, solicitou que retirassem as crianças do local e se despediu do povo gaúcho.

Enquanto isso, o general José Machado Lopes recebeu a visita do coronel Diomário Moojen, comandante-geral da Brigada Militar, e confirmou que não seria o responsável pelo disparo do primeiro tiro. Machado Lopes, que vinha observando o procedimento dos ministros militares, percebeu que estavam comprometendo a democracia e agindo ilegalmente. Assim, decidiu não mais acatar as

Na pausa, a atualização dos fatos pela imprensa

ordens do ministro da Guerra; permaneceu no comando do III Exército e agiu por conta própria, dentro da ideia de manter o regime liberal democrático cristão, assegurando a ordem pública. Depois de solicitar para ser recebido pelo governador, deslocou-se até o Piratini, acompanhado por oficiais do Exército. Na presença do governador, do doutor João Caruso, do professor Francisco Brochado da Rocha e do coronel Diomário Moojen, o general Machado Lopes comunicou que o comando e todos os generais do III Exército não aceitariam nenhuma solução para a crise, fora da Constituição. Em consequência, foi criado o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, integrado pelo III Exército, V Zona Aérea, Brigada Militar e Forças Públicas, sob o comando de Machado Lopes.

O III Exército possuía a artilharia mais poderosa e o parque de manutenção mais completo do País, além de contar com importantes regimentos de infantaria, unidades blindadas e 40 mil homens, que passaram a atuar ao lado dos 13 mil homens da Brigada Militar.

Paralelamente, cem sargentos da Força Aérea Brasileira (FAB) impediram que 12 modernos jatos ingleses *Gloster Meteor*, com alto poder de fogo, decolassem da Base Aérea de Canoas para bombardear o Piratini. Os praças se insubordinaram, deram-se as mãos em volta dos jatos para impedir a entrada dos pilotos, esvaziaram os pneus e desarmaram os aviões. Só restou ao comandante e aos pilotos partirem em um avião de passageiros para fora do Estado.

Em 30 de agosto o general Machado Lopes comunicou sua decisão aos demais comandos do Exército e teve a adesão de vários oficiais de outros Estados. Ao ser informado de que o Ministério da Guerra havia designado o general Osvaldo Cordeiro de Farias para substituí-lo no comando, Machado Lopes declarou que não mais receberia ordens do marechal Denys e que prenderia seu substituto, caso desembarcasse em Porto Alegre.

Ao mesmo tempo, o coronel Moojen expediu correspondência a todos os comandantes-gerais das outras polícias militares, buscando apoio à causa da Legalidade, afirmando que o único caminho a ser seguido era o da defesa da Constituição.

As preocupações aumentaram diante da informação de que unidades da Marinha de Guerra se deslocavam para o sul do País. Para guarnecer a região próxima ao rio Mampituba, em Torres, foi criado o Batalhão de Operações, integrado pelos efetivos do 1º Batalhão de Guardas, 3º e 4º

Batalhões Policiais, Serviço de Engenharia e alunos dos 3º e 4º anos do CIM, que formaram a Companhia de Petrechos Pesados. O Batalhão de Operações tinha um efetivo de 637 homens, sob o comando do major Heraclides Tarragô, e integrou a 6ª Divisão de Infantaria, ao lado do 1º e do 18º Regimentos de Infantaria.

Jango, inteirado dos acontecimentos, ao voltar da China, voou para o Uruguai, via França e Estados Unidos. Quando decidiu retornar ao Brasil, passou por Porto Alegre, a fim de conversar com Brizola. Chegando à capital, em 1º de setembro, Jango foi ovacionado por uma multidão que o aguardava em frente ao Piratini. No dia seguinte, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional, que instituía o Parlamentarismo no Brasil.

Depois de conversar com Brizola, e aconselhado por Tancredo Neves, Jango foi para Brasília no dia 5 de setembro. Nesse ínterim, Brizola anunciou o fim das transmissões da Rede da Legalidade.

Finalmente, em 7 de setembro de 1961, Jango assumiu a presidência da República, indicando Tancredo Neves para ser seu primeiro-ministro.

Somente dois dias depois o Batalhão de Operações retornou de Torres. Ao chegar em Porto Alegre, a tropa foi passada em revista por Brizola, acompanhado pelo major Heraclides Tarragô, e desfilou sob aplausos da multidão pela avenida Borges de Medeiros, terminando em frente ao quartel do 1º Batalhão de Guardas.

Assim, a Corporação – que estava saindo de um processo de transição, em que seus homens, antes aquartelados e preparados exclusivamente para a guerra, começavam a ser empregados nas atividades de policiamento ostensivo – prestou inestimável apoio ao governo do Estado durante a Campanha da Legalidade.

Governador confere armamento



Coronel Neme relembra fatos decisivos para o Movimento

Em agosto de 1961 o então major da Brigada Militar João Pedro Neme ocupava o cargo de subchefe da Casa Militar. Era homem da extrema confiança do governador Leonel Brizola, acompanhando diretamente suas decisões e seus atos.

Hoje, aos 85 anos de idade, reformado, o coronel Neme relembra momentos daqueles dias tumultuados em que, de dentro do Piratini, Brizola inflamou a população gaúcha a incorporar a campanha de resistência civil às pretensões golpistas dos militares contra a posse de João Goulart (Jango) como presidente do Brasil, diante da renúncia de Jânio Quadros.

Entrevista concedida a Jussara Pelissoli e Sd. José de Mattos

No momento em que o governador Brizola decidiu dar início à Campanha da Legalidade já colocou a Brigada Militar (BM) de prontidão. Barricadas foram montadas nos telhados do Piratini e da Catedral e em frente a esses prédios. Como foi a movimentação da BM dentro do Palácio naqueles dias?

Cel. Neme: Era uma movimentação intensa, policiais militares para todos os lados. O Regimento Bento Gonçalves, que já guarnecia o Palácio, levou todo o seu efetivo para lá. Era policial em alerta 24 horas por dia, dentro, em cima e fora do prédio.

A tropa estava imbuída da missão?

Cel. Neme: Total. A Brigada é a Brigada até hoje, acostumada com revoluções. É uma Corporação ativista, está sempre progredindo, avançando. Ela se acostumou a ser considerada força militar e não apenas polícia.

Sem a participação da Brigada Militar, Brizola teria tido condições de deflagrar a Campanha da Legalidade?

Cel. Neme: Não, nem imaginaria poder fazer tanto.

A Rede da Legalidade foi um instrumento fundamental para o êxito do Movimento?

Cel. Neme: Fundamental, dez vezes

fundamental, porque por intermédio dela a voz do Brizola se espalhou por todo o Brasil, não só no Rio Grande do Sul, e aí foi todo mundo apoiando. A rádio foi vital. O Brizola foi pessoalmente no Correio do Povo requisitar a rádio Guaíba, porque não podia haver demora.

Para o senhor, qual é a lembrança mais significativa do período da Legalidade?

Cel. Neme: Foram tantos os momentos importantes que é difícil destacar um. Mas o mais importante foi quando se conseguiu fazer o entendimento com o comandante do III Exército, general José Machado Lopes.

Numa intenção velada, o III Exército já apoiava Brizola?

Cel. Neme: Teve que apoiar, porque todos os generais do interior do Estado já estavam com o Brizola, então só o Machado Lopes aqui (em Porto Alegre) é que faltava. Ele sentiu que não tinha mais força, estavam todos apoiando o Brizola.

O III Exército se declarou a favor do Movimento da Legalidade em defesa dos preceitos constitucionais, contrariando ordens dos ministros militares que queriam calar o Brizola.



Jango, à esquerda, com o Maj. Neme, hoje coronel reformado

Cel. Neme: Isso mesmo. E o III Exército os largou de mão e apoiou Brizola.

Até que o III Exército aderisse à Campanha, em algum momento Brizola deixou transparecer que tinha medo de ser preso pelos militares?

Cel. Neme: Não. O Brizola assumiu mesmo aquele movimento. Ele não tinha tempo para ter medo.

Com a Campanha da Legalidade, o governador Brizola conseguiu retardar a instalação da ditadura que veio em 1964?

Cel. Neme: Exatamente. O Jango deveria assumir, os militares no poder não concordavam e o Brizola dentro do Piratini fez a Legalidade. Aí os militares tiveram que recuar.

O senhor era um homem da total confiança do Brizola. De onde veio essa relação?

Cel. Neme: A farda me ajudou a ser o braço direito do Brizola, porque se eu fosse civil não me escutariam. Eu sempre promovi a execução das ordens do Brizola e com isso ele acabou depositando muita confiança em mim. Mas eu sempre fui respeitado por todos porque tinha a minha conduta. Mesmo com o poder na mão eu nunca prejudiquei quem quer que fosse e fui respeitado por isso.

“Sem a BM, Brizola não imaginaria fazer tanto.”

“A farda me ajudou a ser o braço direito do Brizola”

Efetivo do Regimento Bento Gonçalves viveu a Legalidade sob a tensão

Jussara Pelissoli

Caiu o portão. Essa era uma expressão utilizada pelo efetivo da Brigada Militar nos anos 60 para o alerta de prontidão geral da tropa. Foi com ela que no dia 26 de agosto de 1961 o então 3º sargento Solon Andrade de Araújo Sobrinho, hoje capitão reformado, soube que ele e outros dez colegas de farda do Regimento Bento Gonçalves – que estavam no Batalhão de Montenegro para partidas de futebol de confraternização entre unidades da Corporação – teriam que retornar a Porto Alegre.

O governador Leonel Brizola havia recebido a notícia da renúncia do presidente da República Jânio Quadros, acompanhada da intenção dos ministros militares de impedir a posse do vice João Goulart. Brizola dava início ao Movimento da Legalidade para garantir que Jango, como era conhecido o vice-presidente, assumisse o cargo a que tinha direito constitucional e colocou a Brigada Militar de prontidão.

O capitão Solon conta que todo o efetivo do Regimento Bento Gonçalves, situado na avenida Aparício Borges, deslocou-se em direção ao Palácio Piratini para reforçar a tropa que lá fazia a guarda. Eram aproximadamente 150 policiais militares. “No caminho, tivemos que desviar dos



Barricadas estrategicamente posicionadas



Brizola cumprimentando o efetivo

quartéis do Exército para não lhes chamar a atenção. Naquele momento ainda não se sabia se o Exército estava a favor ou contra o Movimento da Legalidade”, lembra Solon, que em 1961, aos 26 anos de idade, estava nos quadros da Brigada Militar havia quatro anos.

Uma lembrança que ele revela com entusiasmo é que, com o deslocamento de todo o efetivo, o Regimento passou a ser guarnecido por policiais inativos, residentes nas imediações. “Lembro de um PM com uma deficiência física na perna que, com um facão na mão, dirigiu-se ao comandante do Regimento, tenente-coronel Átilo Cavaleiro Escobar, e disse: Pode deixar, coronel, aqui ninguém entra”.

Foram 13 dias dentro do Palácio Piratini e nos arredores. O tenente reformado Eduardo Requia, então 3º sargento, com 23 anos de idade, conta que o governador Brizola, ao circular pelas dependências do prédio, sempre cumprimentava os policiais. “No frio de agosto, Brizola

onçalves o do Piratini

usava uma capa e carregava a 'Lurdinha', apelido dado à submetralhadora fabricada pela Indústria Nacional de Armas (INA), da qual o governador não se separou durante o episódio da Legalidade”.

“Havia barricadas nos telhados do Palácio, da Catedral e até de um prédio numa rua lateral ao Piratini”, recorda o capitão Solon. Já o tenente Requia destaca que, para as barricadas do telhado do Piratini, local de maior risco no caso de um ataque aéreo – que não estava descartado – foram designados policiais militares solteiros, pois havendo mortes eles não deixariam viúvas e filhos órfãos de pais.

A tensão dominava aqueles dias e não havia descanso. “Dormíamos nas barricadas mesmo. O revezamento dos turnos era de uma barricada para outra”, conta o capitão Solon. Ele também lembra que cinco mil sacos de aniagem doados pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga), além de serem preenchidos com areia para formar as barricadas, foram usados como colchões. “Eram 25 sacos acomodados dentro de um e nós os usávamos como colchonetes”, recorda o capitão. O tenente Requia tem lembrança semelhante. “Não tínhamos folga. Quando o cansaço dominava, tirávamos um cochilo com a arma em punho, sentados no espaço entre o Palácio e a Catedral”, conta Requia, que, apesar de tudo, tinha a seu favor a vitalidade de atleta, pois disputava corridas pelo Estado, nas quais sagrou-se campeão fundista muitas vezes, com medalhas e matérias da imprensa guardadas até hoje.

Ao ser questionado sobre o sentimento dominante naquela situação em que Brizola conseguiu mobilizar uma imensa multidão

Parte da tropa do Palácio com Requia (último à direita) e Solon (em pé, ao centro)

Ten. Eduardo Requia no telhado do Piratini



Policiais descansavam como era possível

contra a tentativa de golpe à posse de Jango, a resposta do capitão Solon não foi patriotismo, nem lealdade ou resistência. “Era medo”, afirma. “Medo, sobretudo, de um bombardeio aéreo que poderia ser ordenado pelo Ministério da Aeronáutica”. O bombardeio não ocorreu e hoje o capitão Solon consegue dar risadas ao contar que, no meio daquela tensão, um alarme falso do ataque aéreo esvaziou a frente do Palácio e as adjacências, tomadas por uma multidão calculada em 50 mil pessoas.

“Havia uma senha para alertar as pessoas sobre o bombardeio aéreo. Se a iluminação pública fosse apagada, soaria a sirene de um carro de bombeiros, que estava posicionado entre o Piratini e o antigo prédio da Assembleia, para dar tempo de as pessoas fugirem da área. Uma certa noite a luz piscou, a sirene soou e em questão de segundos não tinha mais ninguém na frente do Palácio; desapareceu todo mundo”, diverte-se ao lembrar. “O mais hilário é que na barricada em frente à Catedral estavam dois soldados com uma metralhadora e eles também correram de lá com arma e tudo”.





Ten. Requia: Maior emoção foi o desfile na Borges de Medeiros



Cap. Solon: Revezamento dos turnos era de uma barricada para outra

O tenente Requia conta que não acreditava que o bombardeio aéreo fosse autorizado. “A esperança era de que tudo se resolvesse na paz, que nenhum tiro fosse disparado e muito menos acontecesse o ataque aéreo”, diz Requia, que torcia por uma solução pacífica para a revolução em que havia se transformado a ousadia de Brizola. “A frente do Palácio era uma praça de guerra. Lembro que meus pais, em Santa Maria, ficavam rezando pela minha segurança e para tudo terminar bem”, conta.

As recordações são muitas para o capitão Solon. No relicário da Legalidade, ele destaca uma como ato de heroísmo do então 1º sargento Argus Mesquita de Aragão, batedor-motociclista do Regimento Bento Gonçalves, que recebeu a missão de se infiltrar em um quartel do III Exército, no bairro Serraria, para saber das estratégias que lá estavam sendo elaboradas. “Não sei como ele conseguiu entrar lá com motocicleta e tudo, mas quando voltou estava bastante nervoso e disse que havia muito movimento no Exército”, relembra Solon. “Mas, além de um ato heroico, penso que ele tenha aceitado o desafio em gratidão à Brigada Militar, pois antes dessa missão ele havia sido promovido de soldado a sargento”.

Emocionado, o capitão Solon revela a sua melhor lembrança do episódio. Depois de toda a situação serenada, com Jango na presidência da República, o governador Brizola reuniu o efetivo do Regimento Bento Gonçalves para agradecer e cumprimentar pessoalmente os policiais militares. “Ele apertou a mão de cada um, tantos quanto pôde. Eu recebi o aperto de mão do governador Brizola”, recorda satisfeito por ter dado sua contribuição à Campanha da Legalidade.

Já para o tenente Requia, o momento de maior emoção foi o desfile do efetivo da Brigada Militar na



Governador passa a tropa em revista no desfile da avenida Borges de Medeiros

avenida Borges de Medeiros, realizado em 9 de setembro, dois dias após a posse de Jango na presidência, sob os limites do parlamentarismo, instituído por emenda constitucional. O então sargento Requia, a cavalo, conduzia seu pelotão e se emocionava com a multidão aplaudindo a tropa e com o Hino da Legalidade, que ressoava rua a fora. “Era uma coisa inacreditável”, recorda o militar, hoje com 73 anos de idade. Ele afirma que após a Campanha da Legalidade não vivenciou fato semelhante em movimentação, adesão popular, expectativa ou tensão como aqueles dias.



Do telhado do Palácio, a visão era ampla

Alunos do CIM estavam preparados para o combate

Maj. Najara Silva e Sd. José de Mattos

Na tarde de 26 de agosto de 1961, o Centro de Instrução Militar (CIM), localizado na área da atual Academia de Polícia Militar (avenida Aparício Borges), entrou em estado de prontidão, devido à possibilidade de enfrentamento com tropas do III Exército, por causa do início da Campanha da Legalidade. Os alunos do Curso de Oficiais começaram a organizar a defesa do quartel, a partir do planejamento do capitão Odilon Alves Chaves. Do tenente Wellington Carlos Soveral receberam instruções para defesa e ataque, caso os blindados do Exército investissem contra o efetivo da Brigada Militar.

O coronel reformado Bento Mathuzalen de Vasconcelos era um dos cadetes do CIM e relata que foram cavadas trincheiras e espaldões para metralhadoras nas adjacências da Unidade, em posições estratégicas para a defesa. Além de revólveres e armas longas, os alunos receberam metralhadoras, fuzis-metralhadoras e coquetéis molotov para combater os blindados, sendo que alguns cadetes foram posicionados na base do Morro da Polícia.

O coronel Bento acredita que alguns oficiais discordavam da posição do governo do Estado quanto à defesa da previsão constitucional, diante da renúncia de Jânio Quadros, mas a lealdade, a hierarquia e a disciplina fizeram com que todos permanecessem ao lado do comando da Brigada Militar, em apoio ao governador Brizola. “Esse foi um fator decisivo para a vitória da Legalidade”, declara o coronel. Lembra, ainda, que foram dias de muita expectativa



CIM manteve prontidão geral

e medo, diante da ameaça concreta de combate, e grupos iam se revezando nas trincheiras, conforme a evolução dos fatos.

“O clima ficou mais tenso quando no dia 29, próximo ao meio-dia, o tenente Ubirajara de Sá Gomes passou pelas posições, dando a ordem de alimentar as armas e esperar pelo ataque. Felizmente não houve combate, graças ao bom senso e alto espírito patriótico do comandante do III Exército, general Machado Lopes, que aderiu à Legalidade, evitando um derramamento de sangue”, recorda.

O coronel Bento também tece elogios ao então comandante-geral da BM, coronel Diomário Moojen. “Ele teve uma participação leal, serena e destemida no episódio, permanecendo ao lado do governador, comandante supremo da Brigada Militar, o que fez os cadetes vibrarem nas trincheiras, como uma vitória de todos”, destaca.



Cel. Bento Mathuzalen era cadete do CIM durante o episódio

Divisa foi protegida contra invasão da Marinha

Jussara Pelissoli e Sd. José de Mattos

O governador Leonel Brizola mobilizava civis e militares para garantir a ordem jurídica e constitucional, enfrentando as forças autoritárias e oligarquias poderosas que se posicionavam contra o vice-presidente João Goulart que, pela Constituição, deveria suceder Jânio Quadros frente à sua renúncia na presidência do País. Um novo problema surgiu quando informações deram conta de que unidades da Marinha se preparavam para invadir o Estado.

Era necessário proteger a fronteira com Santa Catarina, próximo ao rio Mampituba, em Torres. A Brigada Militar criou, então, o Batalhão de Operações, com efetivo de 637 homens de algumas de suas unidades, incluindo alunos dos 3º e 4º anos do Centro de Instrução Militar (CIM). Desse grupo fazia parte o aluno-oficial Jerônimo Carlos Santos Braga, hoje coronel reformado, na função de municionador do fuzil-metralhadora FMZB, da Companhia de Metralhadoras.

A tropa do Batalhão de Operações se deslocou até Torres em caminhões e ônibus, sob o comando do capitão Odilon Alves Chaves. As condições do tempo não eram favoráveis à instalação da tropa no terreno, devido ao inverno rigoroso, com frio intenso e muita chuva. Foi distribuída uma barraca para cada dois policiais e, no solo, foram cavados espaldões para metralhadoras, “tocas de raposa” (buraco para um só atirador) e abrigos antiaéreos.



Cel. Jerônimo participou da Legalidade, protegendo a divisa do Estado

Conforme o coronel Jerônimo, o momento de maior preocupação foi quando se definiu posicionar um grupo a cerca de dois quilômetros à direita do local onde a tropa estava instalada, mantendo fogueiras acesas, com o objetivo de simular uma nova posição na área, a fim de enganar o adversário. “Apesar de todas as adversidades,



Embarque para Torres

o moral da tropa era muito alto e mantínhamos sempre a certeza da vitória”, salienta o oficial. “Para nós, estava tudo mais focado na participação da Brigada e na responsabilidade de honrar a missão do que propriamente no aspecto político daquele Movimento”, complementa.

O coronel Jerônimo também relembra que, antes do embarque para Torres, a tropa tinha noção do desenrolar dos fatos por meio da Rádio da Legalidade. Já distante de Porto Alegre, os policiais que faziam vigília no farol e na barra do Mampituba, quando liam as notícias nos jornais, ficavam na expectativa de novas decisões, que apontassem para a posse de Jango e o fim pacífico da Campanha da Legalidade.



No retorno, tropa desfilou na Borges de Medeiros

Sacrifícios no cumprimento do dever

Sd. José de Mattos

“Um sentimento de dever cumprido”. A declaração do sargento reformado Máximo Rodrigues Carrilha, atualmente com 82 anos, reporta a 1961 quando era soldado do 1º Batalhão Policial e esteve à disposição do Batalhão de Operações, que foi enviado para Torres, a fim de guarnecer a fronteira do Estado com Santa Catarina na Campanha da Legalidade. Máximo refere, também, parte do juramento do Policial Militar: “Mesmo com o sacrifício da própria vida.”

O sargento Máximo havia prestado serviço nas fileiras das Forças Armadas por um ano, no município de Livramento, onde adquiriu experiência na área de defesa de quartel e território e ataques de infantaria. Ingressou na Brigada Militar em 1960, no 1º Batalhão Policial. Já no ano seguinte, foi requisitado para compor o Batalhão de Operações, que se deslocou para Torres. O momento era de indecisão e seus familiares choravam apreensivos, por não saberem o que poderia acontecer ao jovem soldado que estava sendo enviado para uma missão em apoio ao chamado do governador Leonel Brizola pelo cumprimento da Constituição Federal.

O sargento declara que aquele foi um período difícil para os policiais militares, diante do frio do inverno e da pouca comida e água para a tropa. Eles comiam muitas bananas, pois a alimentação distribuída ao efetivo da base, situada às margens do rio Mampituba, não chegava até o morro, nas trincheiras onde Máximo se manteve. Lembra, ainda, de ter se utilizado de destreza para pegar algumas rapaduras na barraca da alimentação e levá-las para comer com os colegas nas trincheiras.

Além dos armamentos pesados, faziam-lhe companhia na trincheira os apetrechos para o chimarrão: bomba, cuia e chaleira. “Nadei no rio Mampituba, de um lado ao outro, no mínimo três vezes, durante as duas semanas em que permaneci em Torres”. Foi dessa maneira que o então soldado Máximo conseguiu, algumas vezes, saciar fome e sede, pois atravessava o rio para buscar bolachas e erva de chimarrão no lado catarinen-



Trincheira na defesa da divisa do Estado com Santa Catarina

se, enquanto seus colegas de farda controlavam para que os oficiais não descobrissem sua travessia clandestina. Ele trazia um saco plástico amarrado na cabeça, com a farda e os alimentos. Lembra, ainda, que em uma das vezes atravessou o Mampituba tranquilamente, mas na volta o leito do rio havia subido e ele acabou retornando para a margem gaúcha a mais de um quilômetro do acampamento, dentro de uma chácara, cujo proprietário apontou uma arma na sua direção por pensar que se tratava de um ladrão de galinhas.

O descanso também não era totalmente reparador. Como não havia colchões, nem cobertores à disposição, eles improvisavam, dormindo sobre galhos e folhas de árvores dentro das barracas, que acabavam servindo, apenas, para abrigar de chuvas, do sereno e do frio da noite.

Após duas semanas de prontidão e sacrifícios em Torres, a tropa retornou a Porto Alegre e, junto com os demais pelotões, participou do desfile da Brigada Militar na avenida Borges de Medeiros, determinado pelo governador Brizola.

Com o mesmo entusiasmo de 50 anos atrás, Máximo diz que lutaria até o fim, defendendo o Estado e o governador, e que faria tudo novamente pelo cumprimento da Carta Máxima do País e pela Brigada Militar. “Isso é uma relíquia para nós”, destaca o sargento reformado, expressando o seu sentimento pela participação na Campanha da Legalidade e pelos 30 anos de farda, com serviços prestados entre o policiamento ostensivo e o Hospital da Brigada Militar.



Efetivo enfrentou adversidades em Torres

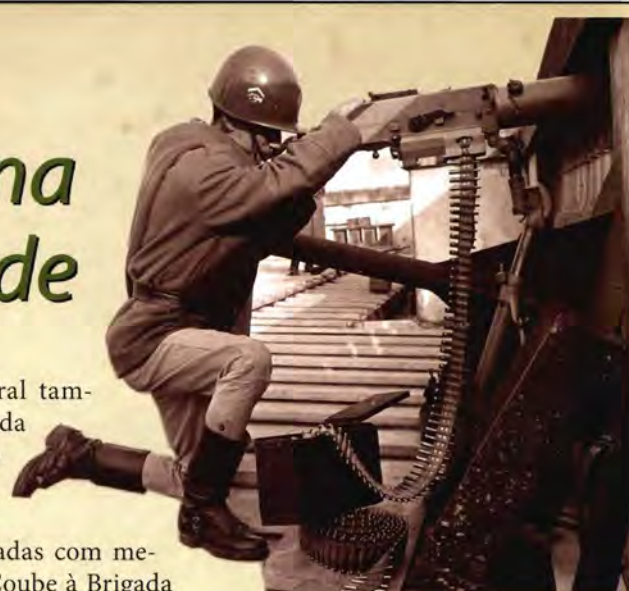
1961: A Brigada Militar na Campanha da Legalidade

Eloisa H. Capovilla da Luz Ramos - Doutora em História

O ano de 1961 já havia cruzado a sua metade quando uma grave crise político-institucional abalou o Brasil: a renúncia do presidente da República, Jânio da Silva Quadros. Estávamos no dia 25 de agosto. No bojo dos acontecimentos, houve resistência dos ministros militares para garantir a posse do vice-presidente, o gaúcho João Belchior Marques Goulart. O impasse criado levou o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, a iniciar um movimento pela legalidade constitucional, exigindo a posse do vice-presidente. Iniciava-se em Porto Alegre a Legalidade. Para tanto, dois fatores foram decisivos: a requisição da rádio Guaíba, que transmitiria a partir dos porões do Palácio Piratini, com Leonel Brizola comandando a Cadeia da Legalidade, e o respaldo dado pela Brigada Militar à resistência desencadeada pelo governador do Estado.

A mobilização no Palácio Piratini foi total: metralhadoras foram posicionadas em pontos estratégicos e barreiras foram montadas nas ruas que davam acesso à Praça da Ma-

triz. A Catedral também foi tomada pela Brigada Militar, tendo suas torres sido ocupadas com metralhadoras. Coube à Brigada Militar, ainda, colocar barricadas e, mesmo com armamento obsoleto, instalou ninhos antiaéreos no telhado do Palácio Piratini. Além disso, o aparato militar se fez notar nos sacos de areia por todo lado e nos veículos militares estrategicamente colocados para obstruir a entrada de possíveis carros de combate nas dependências do Palácio. A capital tornou-se, durante os 12 dias da crise institucional, uma verdadeira praça de guerra. É mister que se aponte neste pequeno texto, finalmente, o espírito de corpo que acompanhou as tropas da Brigada Militar no episódio, que se mantiveram leais e com espírito de subordinação ao lado do comando. Isso foi fator decisivo para a vitória do Movimento.



Hino da Legalidade

Jussara Pelissoli

O acervo do Museu da Brigada Militar guarda uma partitura original do Hino da Legalidade, feita para ser tocada em contrabaixo. Além desta, existe somente outra partitura do hino, para 1º clarinete, reproduzida no livro *Brizola e a Legalidade*.

Por telefone, de São Paulo, onde mora, o ator gaúcho Paulo César Pereio conversou com a jornalista Jussara Pelissoli, lembrando o contexto em que o hino foi criado.

Pereio, em 1961, aos 21 anos de idade, integrou o Comitê de Resistência Democrática pela Legalidade, junto com a poetiza Lara Lemos e artistas de várias áreas, intelectuais, profissionais de imprensa, entre outros voluntários. O Comitê estava sediado no pavilhão conhecido como Mata-Borrão (por causa de seu formato), situado na esquina da avenida Borges de Medeiros com

a rua Andrade Neves, local que abrigava exposições e outros eventos.

O governador Leonel Brizola queria uma canção emblemática para a Campanha da Legalidade. “O assessor de imprensa de Brizola, Hamilton Chaves, foi ao Comitê de Resistência Democrática encomendar o hino”, lembra Pereio. Como a manutenção da ordem democrática exigia urgência em todas as ações estratégicas, a composição de um hino para a Campanha também precisava de brevidade. “Lara criou a letra e eu fiz a música, apesar de não ter muita experiência musical na época; só mais tarde fui estudar música”, conta o ator, que acompanhou efetivamente o Movimento.

O hino tocava várias vezes ao dia na Rede da Legalidade e ajudou a inflamar a população, junto com os pronunciamentos contundentes de Brizola pela posse de João Goulart na presidência do Brasil. “A resposta popular do povo de Porto Alegre foi veemente”, refere-se Pereio ao chamamento de Brizola.

Manoel
Introd
Canto
Solo
Avante Brasil

Avante Brasil
Unidos pela liberdade
Marchemos todos juntos com a bandeira
Que prega a lealdade
Protesta contra o tirano
E recusa a traição
Que um povo só é bem grande
Se for livre sua Nação

De Lara Lemos e Paulo César Pereio
Avante brasileiros de pé
Unidos pela liberdade
Marchemos todos juntos com a bandeira
Que prega a lealdade
Protesta contra o tirano
E recusa a traição
Que um povo só é bem grande
Se for livre sua Nação

Oficial era menor-aprendiz na Legalidade

Jussara Pelissoli

Um menino de 14 anos acompanhou os fatos da Campanha da Legalidade dentro de uma unidade da Brigada Militar. Mas à época, obviamente, ele não vestia farda. Vilson Genes Gonçalves Cardoso era menor-aprendiz no Serviço de Intendência da Corporação, setor equivalente hoje ao Departamento de Logística e Patrimônio (DLP). Aos 21 anos, sim, ingressou na Brigada Militar e como tenente-coronel foi transferido para a Reserva em 1991.

“Diante da minha juventude, eu não tinha muita noção política do que acontecia, mas eu estava lá no meio do turbilhão e lembro a grande movimentação na Intendência, onde o serviço aumentou no período da Legalidade”, conta o tenente-coronel Vilson. “Na Intendência, dividida em seções, era onde se produziam os fardamentos, os coturnos, fazia-se a manutenção dos veículos, além dos serviços de marcenaria, carpintaria, ferraria e serralheria. Durante a Legalidade apareceu uma quantidade de armamento e munição por lá como eu nunca tinha visto antes”, lembra.

Nos dias de levante contra a tentativa de golpe à posse do vice-presidente João Goulart o garoto Vilson não chegou a se aproximar da massa humana que se aglomerava nas cercanias do Palácio Piratini. Ele gostava de ajudar os policiais militares que não podiam se afastar da Intendência, fazendo, para eles, pequenos serviços na rua. “Eles estavam de prontidão e eu era o mandalete porque podia sair a qualquer hora. Assim, buscava pão, café, leite e cigarros para o efetivo”, recorda.

“Aquele ano de 61 foi bastante conflagrado. Eu estudava no Colégio Protásio Alves e me lembro da invasão da Baía dos Porcos, em Cuba, e das muitas manifestações estudantis pró e contra a Ilha governada por Fidel Castro. Logo depois, aconteceu, aqui no Estado, o Movimento da Legalidade com consequências importantes para o País. E eu, de alguma forma, vivi aquele momento histórico”, comemora o oficial da Reserva da Brigada Militar.

Ilha da Pintada poderia ter sido palco de confronto

Jussara Pelissoli

A Campanha da Legalidade encerrou sem ataques e nenhum tiro disparado pelas forças militares estadual ou federal. Mas o confronto esteve próximo do estopim em vários momentos. Um deles foi quando, em 28 de agosto, o comandante do III Exército, general José Machado Lopes, deu ordem ao comandante da Companhia de Guarda, capitão Pedro Américo Leal (hoje coronel da Reserva do Exército e ex-vereador de Porto Alegre), para se dirigir com uma tropa à Ilha da Pintada e confiscar o cristal da torre de transmissão da rádio Guaíba, equipamento indispensável para o funcionamento da Cadeia da Legalidade, instalada nos porões do Palácio Piratini.

Um dia antes, no Rio de Janeiro, o marechal Henrique Lott, que em 1954 havia garantido a posse de Juscelino Kubitschek, evitando um golpe, lançou um manifesto condenando a tentativa de nova incisão. As rádios Gaúcha e Farroupilha transmitiram o conteúdo do manifesto e o primeiro discurso exaltado de Brizola contra a violação dos preceitos constitucionais. Em seguida, as emissoras foram tiradas do ar pelos golpistas. Brizola requisitou o controle da rádio Guaíba, que continuava transmitindo por não



Brizola em um de seus pronunciamentos na Rede da Legalidade

ter colocado o manifesto no ar. Com equipamentos da Guaíba, o governador instalou um estúdio no Piratini, que lhe possibilitou ser ouvido em todo o Brasil e nos países vizinhos, por meio de uma cadeia de mais de cem emissoras.

A ordem era calar Brizola, retirando o cristal da torre de transmissão. Para isso, o confronto entre Exército e Brigada Militar seria inevitável. Em torno de 200 brigadianos e lanchas do Corpo de Bombeiros protegiam a Ilha da Pintada. A investida do Exército certamente resultaria em mortes, porque a Brigada Militar estava preparada para reagir. Mesmo assim, uma tropa da Companhia de Guarda chegou a se movimentar para cumprir a missão. O ataque foi suspenso quando os homens do Exército já estavam próximos à ponte do Guaíba. Com a contraordem, o efetivo retornou ao quartel. No dia seguinte, o general Machado Lopes declarou seu apoio à causa que defendia a tradição legalista.



Bombeiros se apresentaram ao governador e foram à Ilha da Pintada proteger o transmissor da Guaíba

Personalidades referenciam o

A Campanha da Legalidade foi um dos episódios mais expressivos do Século XX. Ela representou a força, o espírito democrático e o respeito às leis por parte do povo do Rio Grande do Sul. Incorporou o espírito gaúcho de inconformidade e bravura histórica, gerando uma reação inédita no campo da política brasileira, insurgindo-se contra movimentos antidemocráticos e golpistas que se articulavam no centro do País. O movimento de resistência, iniciado e liderado pelo governador Leonel Brizola, que defendeu a qualquer custo a posse de Jango, é exemplo de persistência em torno de um ideal.

Entendida no contexto em que se desenvolveu, a Legalidade se legitimou no seio do povo gaúcho, que estabeleceu posição, de forma radical, em defesa da Lei e da Constituição, com uma mobilização sem precedentes na história contemporânea do Brasil. Agosto de 1961 será, para sempre, um divisor de águas em se tratando de mobilização popular.

Beto Grill, vice-governador do Estado

A imagem do Palácio Piratini protegido por sacos de areia para defender a democracia é um símbolo do que foi a Legalidade. E a Brigada Militar estava lá, ao lado da população, pronta para a defesa do Estado de Direito.

Há um episódio que marca bem a importância que a Corporação teve naquele momento histórico. Na Ilha da Pintada, cerca de 200 brigadinos protegiam o cristal da torre de transmissão da Rádio Guaíba – que gerava a Rede da Legalidade, através da qual o governador Leonel Brizola mobilizava os gaúchos. Uma Companhia do Exército recebeu a ordem de atacar a torre e impedir definitivamente as transmissões. No entanto, a reconhecida bravura da Brigada Militar e a certeza de que o conflito provocaria muitas baixas fizeram com que o ataque fosse cancelado. A Rede da Legalidade permaneceu no ar e assegurou apoio popular para que a Constituição fosse respeitada. Esta é a tradição da Brigada Militar, respeitando o poder civil e lutando pela democracia, num compromisso permanente com a segurança pública.

Airton Michels, secretário de Estado da Segurança Pública

O Rio Grande do Sul sempre pôde contar com os serviços e a honra da Brigada Militar. O episódio da Legalidade, um dos mais dramáticos e gloriosos de nossa história, é um exemplo definitivo da correção com que atuam oficiais e soldados da Corporação. Naquela hora difícil, quando as liberdades estavam ameaçadas e a incerteza rondava, a Brigada soube corajosamente defender a Constituição, colocando-se ao lado do povo e da ordem. Foram dias tumultuosos aqueles em que o destemor da Brigada foi fundamental. O Rio Grande sempre saberá reconhecer o papel fundamental da Brigada Militar no movimento



pela Legalidade, uma iniciativa liderada com audácia pelo governador Leonel Brizola, homem que soube interpretar o seu tempo e atuar de acordo. Meus sinceros cumprimentos à Corporação.

Pedro Simon, senador pelo PMDB. Em 1961 era vereador em Caxias do Sul e líder da Bancada do PTB na Câmara Municipal

A história do País ainda deve o merecido reconhecimento ao Movimento da Legalidade. Nos livros adotados nas escolas, não há mais do que um parágrafo em relação a esse que foi um dos acontecimentos mais importantes do Brasil. Meu avô não falava muito sobre essa passagem porque era um homem que não vivia do passado. Tinha sempre a atenção voltada para o futuro. Mas, quando o assunto vinha, seus olhos brilhavam ao lembrar da mobilização popular ao seu primeiro chamado.

Assim como os gaúchos, de pronto, posicionaram-se pelo nome de João Goulart na presidência, com a mesma fidelidade a Brigada Militar esteve ao lado de Brizola desde o primeiro momento. A Corporação, assim que chamada, posicionou-se em defesa da Constituição, naquele momento desrespeitada. São inúmeros os nomes a serem destacados, mas acredito que a figura do Cel. Diomário Moojen personifica o espírito da nossa Polícia Militar. O então comandante-geral, após a convocação de Brizola, teve um papel relevante, ao intermediar a adesão do III Exército e, como consequência, as forças dos outros Estados foram se integrando. Dos relatos que ouvi, poderia citar tantas outras passagens, como a formação de um grupamento de defesa próximo ao rio Mampituba, a rede de informações que possibilitou monitorar possíveis ataques e o trabalho de coordenação do alistamento de populares. Foram muitas as contribuições da nossa valorosa Brigada Militar, uma instituição que sempre orgulhou o Rio Grande do Sul e pela qual meu avô sempre teve o maior respeito.

Juliana Brizola, neta de Leonel Brizola e deputada estadual pelo PDT

O Movimento da Legalidade uniu o Rio Grande em torno da tese de observância do dispositivo constitucional, empolgando o Estado e o Brasil. O Palácio transformou-se em barricada, com sacos de areia na frente, nas portas, nas janelas. Brizola instalou, nos porões, a Cadeia da Legalidade, mobilizando todo o País. Recebíamos telefonemas de várias localidades do Brasil elogiando a rede, solidarizando-se com os gaúchos e dizendo não ao golpe. A Brigada Militar teve uma atuação extremamente positiva e vigorosa; leal acima de tudo, disposta a lutar para preservar a legalidade constitucional.

Sereno Chaise, ex-deputado estadual pelo PTB e líder do partido durante o governo do Estado de Leonel Brizola. Atual presidente da Eletrobras CGTEE



Movimento

Passei dez dias com meu revólver na cintura. Um Colt 38, negro com cabo de madrepérola. Joia de família que participara, com meu pai, das revoluções de 1930 e 1932. Aliás, quando foram distribuídos os três mil revólveres Taurus para o povo da Legalidade, não peguei o meu porque já estava armado. Armado e disposto, como 50 mil homens e mulheres do Rio Grande do Sul, alistados como voluntários, a subir o mapa de Porto Alegre até Brasília. Meu revólver iria repetir a façanha de levar um novo presidente da República para assumir o poder, como fizera com Getúlio Vargas. Mas João Goulart preferiu uma solução negociada e partiu sem o povo gaúcho. Respeito e entendo sua decisão de evitar muitas mortes, mas acredito que foi funesta.

Eu tinha 20 anos, hoje tenho 70, mas continuo pensando da mesma maneira. Com a Brigada Militar à frente, nós teríamos colocado um João Goulart muito mais forte no poder. E ele e a democracia não teriam caído tão facilmente em 1964. Brizola tinha razão.

Alcy Cheuiche, escritor

Nasci em 29 de janeiro de 1962. Sou filho de brigadiano. Meu pai, em Santana do Livramento, era conhecido como Cabo Vito. Sempre vibrei, pesquisando a história do Rio Grande do Sul com o papel desempenhado pela Brigada Militar em alguns dos nossos principais acontecimentos, especialmente no episódio da Legalidade, que narro em meu livro *Vozes da Legalidade, política e imaginário na era do rádio*. Meu pai teria ficado feliz em ler sobre a bravura da BM; a BM que ele amava. Sem a Brigada Militar, o governador Leonel Brizola não teria resistido como resistiu, Jango não teria sido empossado, a história seria outra, muito mais triste.

Juremir Machado da Silva, jornalista

Fui eu quem comandou o grupo de sargentos da Base Aérea de Canoas que esvaziou os pneus dos aviões da Aeronáutica que bombardeariam o Palácio Piratini. Se os aviões decolassem com o arsenal de bombas, teriam que jogá-las sobre o Palácio, pois depois da decolagem não podem retornar à base carregados com os explosivos. Caso contrário, teriam que descartar as bombas sobre as águas da Laguna dos Patos ou ir até o Litoral largá-las no oceano.

Caetano Vasto, suboficial da Aeronáutica



Nasci em outubro de 1976. Meu avô foi a Londres para me conhecer e guardo com muito orgulho a única foto que tenho com ele: um homem com as visíveis marcas do sofrimento do exílio com seu neto no colo. Dois meses depois, em 6 de dezembro, meu avô faleceu, entrando para a história como o único presidente brasileiro a morrer no exílio. Aquele homem que, com apenas 57 anos de idade, deixava a vida para entrar na história, era o mesmo que aos 41 anos assumiu a presidência da República. Mas, para isso, foi necessária a mobilização do Rio Grande do Sul, em agosto de 1961. Foi necessário o governador Leonel Brizola, com a Brigada Militar e, depois, com o III Exército, conduzir o movimento cívico que contagiou toda a população gaúcha em favor da Legalidade.

Jango tinha sido eleito pela votação direta, portanto legitimado para exercer o cargo de chefe da Nação. Com a renúncia de Jânio Quadros, nada mais normal do que o cumprimento da Constituição Brasileira. Ocorre que as forças conservadoras do País não queriam ver Jango – o herdeiro político de Getúlio Vargas – guiando os destinos do Brasil. Eles pressentiam que João Goulart jamais trairia seus princípios. Estavam certos. Meu avô foi o presidente que, até hoje, mais se empenhou pelas reformas estruturais e institucionais da Nação. Foi derrocado pelo golpe de 64 e condenado a morrer longe de sua Pátria.

A participação da Brigada Militar no Movimento da Legalidade foi um ato de coragem extrema de toda a tropa. Mesmo diante de forças tão significativas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, a Corporação ousou resistir e se manteve fiel aos princípios da democracia e da legalidade, ombreando com o governador Leonel Brizola a missão de garantir os rumos da sucessão presidencial ao vice-presidente João Goulart.

Em 1996, participei de uma reunião no Clube Farrapos em que Brizola foi palestrante e fiquei honrado com uma deferência especial do ex-governador. No encontro, ele relembrou fatos da Legalidade, enaltecendo a participação da nossa gloriosa Brigada Militar. Contou que no momento em que o III Exército aderiu ao Movimento, confiou à Brigada o apoio às suas ações e, na ocasião, o coronel Moojen pediu a palavra para reafirmar seu compromisso em acatar as or-



Essa história não teria sido possível sem o apoio contundente da Brigada Militar. Apoiadora da causa legalista, contrariando com muita coragem os três ministros militares de Jânio Quadros, nossa Brigada Militar foi decisiva na Campanha da Legalidade, movimento este que, sem dúvida, consolidou a posse de meu avô na presidência da República.

Cristopher Goulart, neto de João Goulart, diretor administrativo-financeiro da secretaria estadual de Esporte e Lazer.



dens recebidas, sob uma condição: “Que a frente de batalha mais árdua e sangrenta fosse confiada às tropas da Brigada Militar”. Os fatos do nosso passado de glórias e feitos heroicos devem servir de fomento às novas gerações de brigadianos para que tenham ciência de que grande é a responsabilidade de envregar a farda, o que faço com muito orgulho.

Cap. Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen, oficial da Brigada Militar, filho do coronel Diomário Moojen, comandante-geral da Corporação em 1961





**Rio
Grande
do Sul**

A Gráfica dos Gaúchos

*Tecnologia Gráfica
de última geração*



ROTATIVA
Agilidade e praticidade.



IMPRESSÃO DIGITAL
Pequenas e médias tiragens
com agilidade e
formatos variáveis.



FÁBRICA DE LIVROS
Tiragem na medida certa.



ACABAMENTO
Trabalho qualificado dando valor
ao produto final.



OFF-SET
Grandes tiragens
com a melhor qualidade.



CTP
Serviço com precisão e qualidade.